Roteiro da Audiência Pública

Condições de trabalho dos profissionais da limpeza urbana de Varzelândia/MG

Câmara Municipal de Varzelândia — Minas Gerais

Requerente: Vereadora Júlia

Tema central: Saúde, segurança, valorização profissional e melhoria das condições de trabalho dos garis e demais trabalhadores da limpeza urbana.

Objetivo geral: Debater as condições atuais de trabalho desses profissionais, identificar problemas, ouvir reivindicações, esclarecer as responsabilidades da Administração Pública e construir propostas viáveis de solução.

1. Abertura e composição da mesa

Tempo sugerido: 10 minutos

A pessoa responsável pela condução poderá utilizar a seguinte fala de abertura:

Boa tarde a todos e a todas.

Declaro aberta a presente Audiência Pública da Câmara Municipal de Varzelândia, realizada em atendimento ao requerimento da Vereadora Júlia, com o objetivo de discutir a situação de trabalho dos garis e dos demais profissionais responsáveis pela limpeza urbana do nosso município.

Esta audiência tem uma finalidade essencialmente pública e social: ouvir aqueles que, diariamente, contribuem para manter nossas ruas, praças e espaços públicos limpos, mas que, muitas vezes, desempenham suas atividades em condições que precisam ser melhoradas.

Estamos aqui para discutir saúde e segurança no trabalho, fornecimento e utilização de equipamentos de proteção individual, condições dos veículos e instrumentos de trabalho, jornada, remuneração, organização dos serviços, reconhecimento profissional e todas as questões que possam afetar a dignidade e a segurança desses trabalhadores.

A limpeza urbana é um serviço indispensável à saúde pública, ao meio ambiente e à qualidade de vida da população. Por isso, é justo que a preocupação com a limpeza da cidade seja acompanhada da preocupação com as pessoas que executam esse trabalho.

Esta audiência não deve se limitar à apresentação de reclamações ou explicações. Nosso propósito é identificar problemas, buscar esclarecimentos, construir soluções e estabelecer encaminhamentos que possam ser acompanhados pelo Poder Legislativo e pela sociedade.

Concederemos espaço para a manifestação dos trabalhadores, dos representantes da Administração Municipal, dos órgãos convidados e dos demais participantes, sempre com respeito, objetividade e compromisso com a busca de soluções.

Agradeço a presença de todos e declaro iniciados os trabalhos.

Composição sugerida da mesa e convidados:

- Vereadora Júlia, autora do requerimento;
- Presidente da Câmara Municipal ou representante;
- Prefeito Municipal ou representante do Poder Executivo;
- Secretário municipal responsável pela limpeza urbana ou pelos serviços públicos;
- Responsável pelo setor de Recursos Humanos;
- Responsável pelo setor de Segurança e Saúde do Trabalho, se houver;
- Representantes dos garis e demais trabalhadores da limpeza urbana;
- Representante do sindicato da categoria, se existente;
- Representante da Vigilância em Saúde ou da Vigilância Sanitária, conforme a pertinência;

2. Apresentação da finalidade e das regras de participação

Tempo sugerido: 5 minutos

Após a abertura, recomenda-se esclarecer que a audiência tem caráter de escuta, fiscalização e formulação de propostas.

Sugere-se estabelecer as seguintes regras:

1. Os participantes terão tempo previamente definido para suas manifestações.
2. Os trabalhadores deverão ter oportunidade de falar sem interrupções ou constrangimentos.
3. As perguntas serão dirigidas aos responsáveis pelos respectivos setores, que poderão responder imediatamente ou apresentar esclarecimentos complementares por escrito.
4. As manifestações deverão priorizar fatos, condições de trabalho, documentos, propostas e soluções.
5. As demandas apresentadas serão registradas para avaliação e encaminhamento posterior.
6. A audiência deverá ser documentada em ata, com registro das propostas, dos compromissos assumidos e dos prazos eventualmente estabelecidos.

É importante assegurar que os trabalhadores possam relatar suas experiências com liberdade, sem que a audiência se transforme em ambiente de exposição pessoal ou de retaliação.

3. Exposição inicial da Vereadora Júlia

Tempo sugerido: 5 a 10 minutos

A autora do requerimento poderá contextualizar a iniciativa, explicando por que o assunto merece atenção do Legislativo.

Sugestão de fala:

A realização desta audiência pública parte do reconhecimento de que os garis e os demais profissionais da limpeza urbana exercem uma função indispensável para Varzelândia.

São trabalhadores que enfrentam sol, chuva, poeira, resíduos, trânsito, esforço físico e outros riscos inerentes às atividades que realizam. O trabalho deles contribui diretamente para a saúde pública, a conservação dos espaços coletivos e a qualidade de vida da nossa população.

Por isso, precisamos saber se esses profissionais estão recebendo os equipamentos necessários, se dispõem de condições adequadas para executar suas tarefas, se os veículos e instrumentos de trabalho oferecem segurança e se existem políticas efetivas de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais.

Também precisamos ouvir os próprios trabalhadores. Nenhuma avaliação das condições de trabalho será completa sem conhecer a realidade de quem está diariamente nas ruas.

Nosso propósito é buscar respostas, identificar necessidades e propor melhorias concretas. Queremos que esta audiência produza resultados, com providências definidas, responsabilidades identificadas e acompanhamento das medidas que vierem a ser adotadas.

Valorizar os profissionais da limpeza urbana significa reconhecer que a dignidade do serviço público começa pela dignidade de quem o executa.

4. Blocos temáticos para discussão

Recomenda-se dividir o debate em oito eixos. Essa organização evita que a audiência fique restrita à questão dos EPIs e permite examinar de forma abrangente a realidade profissional dos trabalhadores.

Eixo 1 — Fornecimento e qualidade dos EPIs

Questão central: Os trabalhadores recebem equipamentos adequados, em quantidade suficiente e em boas condições?

Pontos de discussão:

- Uniformes apropriados e coletes ou vestimentas de alta visibilidade.
- Luvas adequadas ao risco, calçados de segurança, proteção solar e demais equipamentos definidos na avaliação ocupacional.
- Substituição de itens desgastados, danificados ou inadequados.
- Registro de entrega, orientação e treinamento sobre o uso.
- Higienização, armazenamento e reposição dos equipamentos.
- Adequação dos materiais ao trabalho realizado em cada função.

Eixo 2 — Segurança no trabalho e prevenção de acidentes

Questão central: O serviço é executado com medidas efetivas para prevenir acidentes e adoecimentos?

Pontos de discussão:

- Exposição ao trânsito durante a varrição e a coleta.
- Sinalização e isolamento das áreas de trabalho quando necessários.
- Procedimentos para coleta de vidros, objetos cortantes, seringas e resíduos perigosos.
- Prevenção de quedas, cortes, atropelamentos, lesões e exposição a agentes biológicos.
- Treinamentos, comunicação de acidentes e investigação de suas causas.
- Avaliação dos riscos e medidas preventivas adotadas pelo Município.

Eixo 3 — Veículos, ferramentas e condições operacionais

Questão central: Os profissionais possuem meios adequados para executar o trabalho com segurança?

Pontos de discussão:

- Estado de conservação dos caminhões, tratores e demais veículos utilizados.
- Manutenção preventiva e inspeções periódicas.
- Condições de transporte dos trabalhadores.
- Disponibilidade de vassouras, pás, carrinhos, enxadas, roçadeiras e outros instrumentos.
- Proteções e procedimentos de segurança para equipamentos motorizados.
- Dimensionamento das equipes e distribuição das atividades.

Eixo 4 — Jornada, pausas e condições de apoio

Questão central: A organização do trabalho respeita as condições de saúde, descanso e segurança dos trabalhadores?

Pontos de discussão:

- Horários de início e término das atividades.
- Pausas e intervalos aplicáveis.
- Disponibilidade de água potável e condições de descanso.
- Acesso a instalações sanitárias e locais apropriados para higiene.
- Exposição prolongada ao sol e ao calor.
- Sobrecarga de tarefas, rotas extensas e quantitativo de pessoal.
- Compatibilidade entre as metas de serviço e a segurança.

Eixo 5 — Saúde ocupacional e acompanhamento médico

Questão central: Existe acompanhamento preventivo da saúde dos profissionais?

Pontos de discussão:

- Avaliações médicas ocupacionais, conforme o regime jurídico e as normas aplicáveis.
- Identificação de doenças relacionadas ao trabalho.
- Prevenção de dores musculares, lesões por esforço e problemas respiratórios.
- Afastamentos por acidentes ou doenças e procedimentos de retorno ao trabalho.
- Acompanhamento das condições de saúde sem exposição indevida de informações médicas individuais.
- Encaminhamento para atendimento em caso de acidente ou exposição a material potencialmente contaminado.

Eixo 6 — Remuneração, direitos e valorização profissional

Questão central: Os direitos funcionais e remuneratórios estão sendo observados?

Pontos de discussão:

- Regularidade dos pagamentos e observância dos direitos previstos na legislação aplicável.
- Jornada, horas extraordinárias e eventuais adicionais legalmente devidos.
- Avaliação técnica das condições insalubres ou perigosas, quando pertinente.
- Existência de plano de cargos, carreira ou política de valorização, se aplicável.
- Oportunidades de capacitação e reconhecimento profissional.
- Diferenças entre as funções efetivamente desempenhadas e as atribuições legais dos cargos.

Eixo 7 — Gestão, fiscalização e transparência

Questão central: Como o Município planeja, executa e fiscaliza a política de limpeza urbana?

Pontos de discussão:

- Quantidade de trabalhadores por atividade e distribuição das equipes.
- Planejamento das rotas e frequência dos serviços.
- Existência de protocolos de segurança e procedimentos operacionais.
- Planejamento de compras de EPIs e ferramentas.
- Contratos de terceirização, quando houver, e fiscalização das obrigações contratuais.
- Canais para os trabalhadores comunicarem problemas e cobrarem providências.
- Indicadores de acidentes, afastamentos e demandas de manutenção.

Eixo 8 — Relação com a população e educação ambiental

Questão central: Como melhorar o serviço sem transferir aos trabalhadores os problemas causados pelo descarte inadequado?

Pontos de discussão:

- Descarte irregular de entulho, móveis, vidros e resíduos cortantes.
- Acondicionamento correto do lixo pelos moradores e comerciantes.

- Campanhas educativas e canais de denúncia.
- Definição de rotas e horários de coleta.
- Integração da limpeza urbana com a coleta seletiva e a gestão de resíduos.
- Medidas para reduzir riscos aos trabalhadores e melhorar a qualidade do serviço.

5. Perguntas dirigidas aos representantes da Administração Municipal

Tempo sugerido: 20 a 30 minutos

As perguntas devem ser direcionadas ao responsável por cada assunto, de modo que as respostas possam ser objetivas e verificáveis. Sempre que possível, deve-se solicitar informação documental e prazo para eventual resposta complementar.

5.1. Perguntas ao Prefeito e à Secretaria responsável pela limpeza urbana

1. Quantos trabalhadores atuam atualmente na limpeza urbana de Varzelândia, considerando garis, coletores, varredores, capinadores, roçadores, motoristas e demais funções?

2. Quantos são servidores efetivos, contratados temporariamente e terceirizados, se houver?

3. Qual é a estrutura administrativa responsável pelo serviço e quem responde diretamente pela supervisão das equipes?

4. Qual é a situação atual dos veículos, equipamentos e ferramentas utilizados? Existe cronograma de manutenção preventiva?

5. Há planejamento formal para melhorar as condições de trabalho dos profissionais? Quais providências já foram adotadas e quais estão pendentes?

6. A Administração reconhece a existência de dificuldades relacionadas à falta de equipamentos, ao dimensionamento das equipes ou à segurança operacional? Em caso positivo, quais são as medidas previstas?

7. Existe canal formal para que os trabalhadores apresentem reclamações e comuniquem situações de risco? Como é feito o acompanhamento dessas solicitações?

5.2. Perguntas sobre EPIs e segurança ocupacional

1. Os trabalhadores recebem gratuitamente os equipamentos de proteção necessários às atividades que executam?

2. Quais equipamentos são fornecidos a cada categoria profissional e com que frequência ocorre a reposição?

3. Há fichas, recibos ou registros eletrônicos que comprovem a entrega dos equipamentos?

4. Como o Município verifica se os EPIs são adequados aos riscos efetivos de cada função e se estão em condições de uso?

5. Os equipamentos possuem as certificações exigíveis? Há orientação e treinamento sobre sua utilização e conservação?

6. Existe levantamento dos riscos ocupacionais das atividades de varrição, coleta, capina, roçagem e manejo de resíduos?

7. O Município possui Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), ou instrumento de avaliação e controle aplicável ao seu regime de organização, e adota as medidas preventivas pertinentes?

8. Quais providências são adotadas quando um trabalhador comunica que o equipamento está danificado, inadequado ou indisponível?

9. Há registros de acidentes de trabalho nos últimos anos? Quais medidas preventivas foram tomadas a partir desses registros?

A referência técnica principal para esse bloco é a NR-38, específica para segurança e saúde nas atividades de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, em conjunto com a NR-6, que disciplina os equipamentos de proteção individual. A aplicação concreta das normas deve ser verificada conforme o vínculo e o regime jurídico de cada trabalhador.

5.3. Perguntas ao setor de Recursos Humanos e à área jurídica

1. Qual é o regime jurídico dos trabalhadores: estatutário, celetista, temporário ou terceirizado?

2. As atribuições dos cargos estão definidas em lei, edital, contrato ou regulamento?

3. Há controle regular da jornada, dos intervalos e das horas extraordinárias, conforme a legislação aplicável?

4. Existe avaliação técnica das condições ambientais e dos riscos ocupacionais dos postos de trabalho?

5. Há laudos técnicos que examinem eventual exposição a agentes insalubres ou perigosos?

6. Quando cabíveis, os adicionais são pagos de acordo com os requisitos legais e técnicos aplicáveis?

7. Existe programa de saúde ocupacional, com avaliações e acompanhamento compatíveis com as obrigações legais do Município?

8. Como são registrados e tratados os acidentes, afastamentos e ocorrências de saúde relacionadas ao trabalho?

Observação importante: a audiência não deve partir da presunção de que todos os trabalhadores possuem direito automático a determinado adicional. O enquadramento depende das atividades efetivamente exercidas, dos riscos identificados, da avaliação técnica e do regime jurídico aplicável.

5.4. Perguntas sobre orçamento e providências administrativas

1. Existe dotação orçamentária específica para aquisição e reposição de EPIs, uniformes, ferramentas e equipamentos de segurança?

2. Quais aquisições foram realizadas recentemente e quais ainda precisam ser feitas?

3. Existem processos de compra em andamento ou dificuldades administrativas que estejam impedindo o fornecimento de equipamentos?

4. É possível apresentar um cronograma de regularização dos equipamentos e das condições de segurança?

5. Quais providências podem ser adotadas imediatamente, sem necessidade de aguardar a elaboração de um novo orçamento?

6. Quais medidas dependem de previsão orçamentária, contratação, licitação ou alteração legislativa?

7. A Administração se compromete a encaminhar à Câmara, por escrito, um plano de ação com responsáveis, prazos e estimativas de custo?

6. Perguntas dirigidas aos garis e demais profissionais

Tempo sugerido: 20 a 25 minutos

Este é um dos momentos mais importantes da audiência. A palavra deve ser assegurada aos trabalhadores, que conhecem diretamente as dificuldades enfrentadas no exercício das funções.

A condução deve ser respeitosa, sem induzir respostas ou exigir que os participantes exponham situações pessoais desnecessariamente.

6.1. Sobre os equipamentos de proteção

1. Todos recebem os EPIs necessários para realizar suas atividades?
2. Os equipamentos são entregues regularmente ou existem períodos em que ficam sem algum item essencial?
3. Os uniformes e calçados são adequados ao trabalho e às condições climáticas?
4. Quando um equipamento estraga, acaba ou deixa de oferecer proteção, como é feita a substituição?
5. Já precisaram comprar com recursos próprios algum material necessário ao trabalho?
6. Recebem orientações sobre a utilização correta dos equipamentos?

6.2. Sobre segurança e condições de trabalho

1. Quais são as maiores dificuldades enfrentadas durante a jornada?
2. Há situações em que precisam trabalhar próximos a veículos em movimento sem sinalização ou proteção suficiente?
3. Como é feita a coleta de vidros, seringas, objetos cortantes e outros materiais perigosos?
4. Os veículos e as ferramentas utilizados estão em boas condições?
5. As equipes dispõem de água potável, pausas e condições adequadas para descanso e higiene?
6. O número de trabalhadores é suficiente para a quantidade de serviço exigida?
7. Há tarefas que consideram particularmente perigosas e que precisam de medidas preventivas adicionais?

6.3. Sobre saúde, jornada e valorização

1. O trabalho tem provocado dores, lesões, cansaço excessivo ou outros problemas de saúde?
2. Quando adoecem ou sofrem acidentes, recebem orientação e atendimento adequados?
3. Os horários, intervalos e condições de trabalho são respeitados?
4. Os trabalhadores conseguem comunicar problemas aos superiores sem receio de represálias?
5. Quais mudanças consideram mais urgentes?
6. Se pudessem indicar três providências à Administração Municipal, quais seriam?

Pergunta de encerramento para os trabalhadores:

"Qual é o problema que mais compromete a segurança e a dignidade do trabalho de vocês hoje, e qual providência concreta o Município deveria adotar primeiro?"

Essa pergunta ajuda a identificar prioridades reais, sem deixar que o debate fique limitado à visão administrativa.

7. Participação dos demais vereadores e da comunidade

Tempo sugerido: 10 a 15 minutos

Após as manifestações dos trabalhadores e as respostas da Administração, recomenda-se abrir espaço para perguntas dos demais vereadores e dos cidadãos inscritos.

Sugestões de questões para orientar a participação:

- Como a população pode contribuir para reduzir os riscos enfrentados pelos garis?
- Existem pontos críticos de descarte irregular que exigem ações específicas?
- A Câmara pode instituir uma rotina de acompanhamento das condições de trabalho?

- Há necessidade de atualizar leis municipais relacionadas à limpeza urbana, à segurança ou à valorização profissional?
- Quais medidas poderiam ser implementadas imediatamente e quais exigiriam planejamento de médio prazo?

A Presidência poderá agrupar perguntas semelhantes e direcioná-las ao representante competente, evitando repetições e assegurando que os temas prioritários sejam respondidos.

8. Encaminhamentos e propostas concretas de melhoria

O objetivo final da audiência deve ser transformar as manifestações em providências verificáveis. Recomenda-se que a Câmara apresente uma lista de encaminhamentos e solicite manifestação formal do Poder Executivo.

1. Levantamento imediato das condições de trabalho

Realizar diagnóstico das condições de trabalho de todas as equipes, identificando funções, quantitativo de pessoal, equipamentos disponíveis, necessidades de manutenção, riscos ocupacionais e principais demandas apresentadas pelos servidores.

Prioridade imediata

2. Plano de fornecimento e reposição de EPIs

Conferir os equipamentos existentes, identificar faltas e inadequações, providenciar os itens necessários e estabelecer rotina documentada de entrega, orientação, higienização, manutenção e substituição.

Resultado esperado: nenhum trabalhador executando atividade sem as medidas de proteção exigidas para os riscos identificados.

3. Avaliação técnica de riscos e saúde ocupacional

Solicitar a revisão ou elaboração dos documentos e programas de segurança e saúde ocupacional cabíveis, com avaliação das atividades, medidas preventivas, treinamentos e acompanhamento médico conforme a legislação aplicável.

Resultado esperado: prevenção estruturada, e não apenas fornecimento isolado de equipamentos.

4. Inspeção de veículos, ferramentas e instalações

Promover inspeção dos veículos, ferramentas e equipamentos, com cronograma de manutenção e substituição dos itens que não ofereçam condições seguras de utilização. Avaliar também as condições de água potável, descanso, higiene e apoio operacional.

Resultado esperado: redução de riscos e melhoria da eficiência do serviço.

5. Capacitação periódica das equipes

Organizar treinamentos compatíveis com as atividades desenvolvidas, abrangendo prevenção de acidentes, exposição a materiais cortantes, segurança no trânsito, utilização de ferramentas, procedimentos de emergência e comunicação de riscos.

Resultado esperado: trabalhadores orientados e procedimentos mais seguros.

6. Canal permanente de diálogo com os trabalhadores

Designar um responsável para receber as demandas, registrar ocorrências e informar as providências adotadas. Realizar reuniões periódicas com representantes das equipes, preservando a liberdade de manifestação.

Resultado esperado: problemas identificados e tratados antes de se agravarem.

7. Revisão dos direitos funcionais e remuneratórios

Examinar, individualmente e conforme o regime jurídico de cada grupo, a jornada, os intervalos, as atribuições, os vencimentos, os adicionais eventualmente devidos e as condições previstas na legislação municipal.

Resultado esperado: identificação e correção de eventuais irregularidades, sem presumir direitos que dependam de avaliação jurídica ou técnica.

8. Campanha municipal de conscientização

Promover campanhas sobre acondicionamento adequado do lixo, descarte seguro de vidros e objetos cortantes, destinação de entulho e respeito aos profissionais da limpeza urbana.

Resultado esperado: prevenção de acidentes e maior participação da comunidade na conservação da cidade.

9. Proposta de plano de ação com prazos

Para evitar que as propostas fiquem apenas no campo das intenções, sugere-se solicitar ao Poder Executivo um plano de providências, observadas as competências administrativas e as exigências legais.

Prazo sugerido	Providência
Até 15 dias	Apresentação de informações sobre o quadro de trabalhadores, equipamentos disponíveis e demandas urgentes.
Até 30 dias	Apresentação de diagnóstico preliminar das condições de trabalho e das medidas emergenciais adotadas.
Até 45 dias	Apresentação de cronograma de aquisição ou reposição de equipamentos, manutenção e treinamentos, conforme as necessidades identificadas.
Até 60 dias	Apresentação de relatório sobre a implementação das medidas, com

- Faça uma síntese dos principais problemas relatados;
- Registre as respostas e os compromissos assumidos pelos representantes da Administração;
- Leia os encaminhamentos propostos e verifique se há concordância quanto às providências e aos prazos;
- Informe como será realizado o acompanhamento pela Câmara;
- Determine o registro das manifestações e dos encaminhamentos em ata.

Sugestão de fala final:

Chegamos ao encerramento desta audiência pública com a convicção de que discutir as condições de trabalho dos garis e dos demais profissionais da limpeza urbana é discutir saúde pública, dignidade humana, responsabilidade administrativa e respeito ao trabalhador.

As manifestações apresentadas demonstram a importância de manter um diálogo permanente entre os profissionais, a Administração Municipal e o Poder Legislativo. É fundamental que as demandas aqui levantadas sejam examinadas com seriedade e transformadas em providências concretas.

Esperamos que esta audiência contribua para a melhoria do fornecimento dos equipamentos de proteção, das condições de segurança, da estrutura operacional, da prevenção de acidentes e da valorização dos trabalhadores.

A Câmara Municipal, no exercício de suas atribuições, acompanhará os encaminhamentos realizados e buscará as informações necessárias para verificar os avanços alcançados.

Agradecemos aos trabalhadores que compartilharam suas experiências, aos representantes da Administração, aos vereadores, às autoridades presentes e a todos os cidadãos que participaram deste momento.

Que o resultado desta audiência seja o fortalecimento do respeito aos profissionais que cuidam diariamente da limpeza e da qualidade de vida de nossa cidade.

Muito obrigado a todos. Declaro encerrada a presente audiência pública.

	indicação das pendências e dos prazos previstos.
A cada 90 dias	Acompanhamento pela Câmara, com atualização dos resultados e das medidas ainda necessárias.

Os prazos acima são propostas para deliberação e negociação durante a audiência, e não prazos legais automáticos. A Câmara poderá solicitar que o Executivo se manifeste formalmente sobre eles. A execução das medidas deverá respeitar as competências de cada órgão, os procedimentos de contratação e as obrigações legais que não podem ser adiadas por conveniência administrativa.

10. Instrumentos de atuação da Câmara Municipal

Além dos encaminhamentos administrativos, a audiência poderá resultar em medidas legislativas e de fiscalização, conforme a competência municipal e as regras regimentais.

Recomenda-se avaliar:

1. Requerimento de informações ao Poder Executivo, solicitando dados sobre os EPIs, os veículos, as equipes, os acidentes registrados e os programas de saúde e segurança ocupacional.
2. Indicação legislativa para implementação de plano municipal de melhoria das condições de trabalho na limpeza urbana.
3. Acompanhamento das dotações orçamentárias destinadas à manutenção da frota, à aquisição de equipamentos e à capacitação dos trabalhadores.
4. Visita técnica às instalações e aos locais de apoio, respeitadas as competências institucionais.
5. Reunião de acompanhamento após o prazo acordado, para verificar o cumprimento dos compromissos assumidos.
6. Avaliação de eventual necessidade de alteração legislativa, caso sejam identificadas lacunas na legislação municipal.
7. Encaminhamento aos órgãos competentes, se surgirem indícios documentados de irregularidades que exijam fiscalização especializada.

A Constituição Federal reconhece a importância da proteção à saúde e à segurança no trabalho, inclusive no âmbito da Administração Pública, observadas as disposições constitucionais e o regime jurídico pertinente. Para as atividades abrangidas, a NR-38 e a NR-6 constituem referências técnicas centrais.

Fontes oficiais para consulta:

- NR-38 — Segurança e Saúde no Trabalho nas Atividades de Limpeza Urbana
- NR-6 — Equipamentos de Proteção Individual
- Constituição Federal — legislação oficial

11. Encerramento da audiência

Tempo sugerido: 5 a 10 minutos

Antes de encerrar, recomenda-se que a pessoa responsável pela condução: